

# CAPITALISMO VIRÓTICO: A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA, A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A PRODUÇÃO DE CORPOS MORTOS PARA O CAPITAL

*Waniéry Loyvia de Almeida Silva<sup>1</sup>*

**Resumo:** Pensar o mundo nos dias atuais é sem dúvida uma tarefa hercúlea, mas necessária. Hercúlea porque diante da liquefação de nosso tempo, "onde nada foi feito para durar" (BAUMAN, 2010), o presente instantaneamente se torna passado e o "ser" já foi, perdendo assim, graus de importância. Dessa forma, historiadores, economistas, cientistas políticos e sociólogos, veem seus esforços de análises ruírem em meio as mudanças repentinas que ocorrem dentro das dimensões de uma sociedade liquefeita. Mas tal tarefa, por mais ingrata que possa parecer, é primordial, pois sem as reflexões e mapeamentos produzidos por esses profissionais, seria muito mais difícil entender o intrincado jogo político, econômico e social que se desenrola à nossa frente. Sendo assim, em momentos de crises e dilemas, como os que vivenciamos hoje, nos parece mais que oportuno, que esses profissionais justifiquem o seu ofício e definam sua função na sociedade. Desta forma, esse breve artigo pretende produzir uma reflexão sobre as condições da economia brasileira, no momento anterior a pandemia e durante esta, a fim de mostrar como nossa situação já era de desalinhamento mesmo antes da chegada do Covid-19 e como se aprofunda a partir de então. Num segundo e terceiro momentos, pretendemos levar em consideração fatores como a fuga de capitais e perda de credibilidade no mercado internacional e seus reflexos internos, sem deixar de considerar as condições específicas do nosso tipo de capitalismo e como este, em meio ao cenário pandêmico, desnudou-se mostrando sua face mais cruel, no que diz respeito a superexploração do trabalhador e na precarização das relações de trabalho, uma vez, que no Brasil, tais formas de exploração tem consequências ainda mais perversas do ponto de vista social (ANTUNES, 2020, p. 07) e que tem acarretado um alto número de mortes entre a população negra, pobre e trabalhadora. O resultado não poderia ser outro, de sorte que o governo ao invés de se preocupar com os mais penalizados pela pandemia, aproveita a mesma para reduzir ainda mais os direitos do trabalhador, a fim de "passar a boiada" e assegurar para alguns uma acumulação supostamente infinita (FONTES, p. 17). A seguir, diante do exposto, cabe nos inquerirmos também se: seria então a atual pandemia, não um fenômeno da natureza, mas uma consequência "quase" que inevitável de um sistema profundamente destrutivo e autofágico? Ora, inegavelmente o capitalismo democrático vem enfrentando crises cada vez com maior regularidade, condição essa, marcada por um conflito endêmico entre mercados capitalistas e políticas democráticas, que aumentaram a partir do fim do alto crescimento econômico dos anos de 1970. Sendo assim, os mercados é que passaram a ditar aos respectivos governos de Estados-nações, o que e quando, algo deve ser feito pelos seus cidadãos. (STREECK, 2012, p. 36). A trípole destrutiva que sustenta o capital nos dias de hoje: (capitalismo financeiro, neoliberalismo exacerbado e a revolução tecno-científica que mais se parece o moinho satânico descrito por Karl Polanyi), provoca o caráter trágico do mundo em que vivemos (ANTUNES, 2020, p. 13). Por fim, em vista da atual situação, nossas inquietações nos levaram a questionar: será que já não é mais que chegada a hora de superar tal sistema? Nosso breve texto se encerra com uma ponderação: até onde essa estrutura permanece sendo viável para o nosso tempo?

**Palavras-chave:** Pandemia; superexploração; capitalismo virótico.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do PPGHE/USP e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [loyviaalmeida@hotmail.com](mailto:loyviaalmeida@hotmail.com).

## Introdução

Pensar o mundo nos dias atuais é sem dúvida uma tarefa hercúlea, mas necessária. Hercúlea porque diante da liquefação de nosso tempo, "onde nada foi feito para durar" (BAUMAN, 2010)<sup>2</sup>, o presente instantaneamente se torna passado e o "ser" já foi, perdendo assim, graus de importância. Dessa forma, historiadores, economistas, cientistas políticos e sociólogos, veem seus esforços de análises ruírem em meio as mudanças repentinas que ocorrem dentro das dimensões de uma sociedade liquefeita. Mas tal tarefa, por mais ingrata que possa parecer, é primordial, pois sem as reflexões e mapeamentos produzidos por esses profissionais, seria muito mais difícil entender o intrincado jogo político, econômico e social que se desenrola à nossa frente. Sendo assim, em momentos de crises e dilemas, como os que vivenciamos hoje, nos parece mais que oportuno, que esses profissionais justifiquem o seu ofício e definam sua função na sociedade.

Desta forma, esse breve artigo pretende produzir uma reflexão sobre as condições da economia brasileira, no momento anterior a pandemia e durante esta, a fim de mostrar como nossa situação já era de desalinhamento mesmo antes da chegada do Covid-19 e como se aprofunda a partir de então. Num segundo e terceiro momentos, pretendemos levar em consideração fatores como a fuga de capitais e perda de credibilidade no mercado internacional e seus reflexos internos, sem deixar de considerar as condições específicas do nosso tipo de capitalismo e como este, em meio ao cenário pandêmico, desnudou-se mostrando sua face mais cruel, no que diz respeito a superexploração do trabalhador e na precarização das relações de trabalho, uma vez, que no Brasil, tais formas de exploração tem consequências ainda mais perversas do ponto de vista social (ANTUNES, 2020, p. 07) e que tem acarretado um alto número de mortes entre a população negra, pobre e trabalhadora. O resultado não poderia ser outro, de sorte que o governo ao invés de se preocupar com os mais penalizados pela pandemia, aproveita a mesma para reduzir ainda mais os direitos do trabalhador, a fim de "passar a boiada" e assegurar para alguns uma acumulação supostamente infinita (FONTES, p. 17).

A seguir, diante do exposto, coube nos inquerirmos também se: seria então a atual pandemia, não um fenômeno da natureza, mas uma consequência "quase" que inevitável de um sistema profundamente destrutivo e autofágico? Ora, inegavelmente o capitalismo democrático vem enfrentando crises cada vez com maior regularidade, condição essa, marcada por um conflito endêmico entre mercados capitalistas e políticas democráticas, que aumentaram a partir do fim do alto crescimento econômico dos anos de 1970. Sendo assim, os mercados é que passaram a ditar aos respectivos governos de Estados-nações, o que e quando, algo deve ser feito pelos seus cidadãos. (STREECK, 2012, p. 36). A trípole destrutiva que sustenta o capital nos dias de hoje: (capitalismo financeiro, neoliberalismo exacerbado e a revolução tecno-científica que mais se parece o *moinho satânico* descrito

2 Entrevista de BAUMAN, ZYGMUNT [setembro de 2010] à Revista ISTOÉ em 24/09/2010. [https://istoe.com.br/102755\\_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+/](https://istoe.com.br/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+/) acesso em 05/10/2020.

por Karl Polanyi), provoca o caráter trágico do mundo em que vivemos (ANTUNES, 2020, p. 13). Por fim, em vista da atual situação, nossas inquietações nos levaram a questionar: será que já não é mais que chegada a hora de superar tal sistema? Nosso breve texto<sup>3</sup> se encerra com uma ponderação: até onde essa estrutura permanece sendo viável para o nosso tempo?

## **A Realidade muito antes da crise pandêmica – da diminuição das desigualdades sociais ao desalinhamento brasileiro**

O cenário econômico e social brasileiro na atualidade, é de fato desolador. Isso para dizer o mínimo, uma vez que, os pactos firmados na Nova República ruíram e o que se apresenta a nossa frente não é mais que um projeto de completa desestruturação e destruição do Estado e das estruturas políticas que vinham sendo adotadas até então. Entretanto, é preciso lembrar que tanto a crise econômica quanto a política e institucional, a que o país vem sendo submetido, não é algo decorrente dos últimos dois anos, ou do caos provocado pela pandemia do covid-19, como alguns setores da sociedade querem nos fazer acreditar.

Crises obedecem a um padrão normal do próprio sistema capitalista. Elas são originadas do fato de o capital produzir mais lucro do que é capaz de gerir. Todavia, isso não quer dizer que tais crises não deixem consequências amargas em seu rastro. Sendo assim, podemos pensar *na crise de 2008*, como o “*fantasma do verão passado*”, não superado e que volta e meia, aparece para nos assombrar, pois

Com a derrocada do keynesianismo privado em 2008, a crise do capitalismo democrático do pós-guerra entrou em sua quarta e mais recente etapa, após sucessivas eras de inflação, de déficits públicos e de endividamento privado. Com o sistema financeiro global prestes a se desintegrar. (STREECK, p. 2012, p. 49).

E muito embora os abalos e repercussões do ano de 2008 tenham afetado os países do mundo capitalista de formas diferentes e chegado com certo retardo no Brasil, não se tem a menor dúvida de que,

---

3 A escolha do título para esse artigo foi inspirado em dois livros que abordam a questão da superexploração e das dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora ao longo de nosso passado recente. São estes: *Corpos Para o Capital: Acidentes de Trabalho, Prevenção e Reabilitação Profissional Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*, SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. – 1. Ed. – Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019. E *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*, ANTUNES, Ricardo. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia Capital).

A crise financeira nos Estados Unidos refletiu em todos os países, pois as economias mais expressivas estão globalizadas. O elevado grau de interação das economias ao nível global e as relações financeiras com a economia, estruturadas sobre o atual modelo da globalização dos fluxos financeiros, refletem com intensidade e velocidade sobre a economia de todos os países, afetando, direta e indiretamente, todos os segmentos econômicos. (MORESCHI; NEUHAUS; FISCHER; ORO).

É verdade que o país tinha certa proteção se comparado ao colapso sofrido pelos sistemas financeiros de outros lugares, tais como Estados Unidos e Europa, pois os bancos nacionais tinham solidez e os órgãos relacionados ao sistema financeiro eram mais bem fiscalizados (DULCI, 2009). Todavia, o desequilíbrio econômico serviu para expor ao mundo, o quanto o Brasil era dependente da exportação de produtos agrícolas e minerais.

A crise atingiu gradualmente a produção e o comércio dos países emergentes, inclusive o Brasil, pela restrição do crédito que ficou limitado e caro, e pela queda nos preços dos produtos básicos de exportação, ou *commodities*, matérias-primas e alimentos que haviam atingido elevadas cotações no começo de 2008. (MORESCHI; NEUHAUS; FISCHER; ORO).

Diferentemente das demais crises que geralmente se dão em único vértice “V”, a de 2008 ocorreu em duplo vértice “W”, isto é, se em um primeiro momento os Estados Unidos estavam em risco, nos anos seguintes a Europa se viu agonizando. As consequências disso para o Brasil foram desastrosas. E por mais que o governo tentasse negar a gravidade do que acontecia, com o discurso de que era apenas uma “marolinha”<sup>4</sup>, minimizar o problema não alterava o fato de que a economia estava sendo afetada, uma vez que, o acesso ao crédito bancário se tornou mais difícil, passou a haver escassez de crédito externo, os projetos de investimento foram cancelados e para além disso,

Observou-se ainda a queda da bolsa de valores, aumento do risco Brasil e desvalorização do câmbio em razão da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, com o objetivo de compensar as perdas nos mercados americano e europeu, além de busca de maior segurança nos títulos do governo dos EUA. (MORESCHI; NEUHAUS; FISCHER; ORO).

Agora, por mais que a crise tivesse afetado a economia brasileira, é inegável que o país vinha tendo um processo de crescimento econômico forte e diminuição das desigual-

4 A esse respeito ver SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C. A Crise Está Aí, E Agora? In: *Dossiê da Crise: Associação Keynesiana Brasileira*, 2008. Disponível em: <https://jornalgn.com.br/sites/default/files/documentos/dossie-crise.pdf>.

dades, de sorte que tal processo se manteve até mesmo entre os anos críticos de 2008-2009, para o resto do mundo.

Entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível de emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle. O investimento cresceu em média 6,7% ao ano no período, superando até mesmo o crescimento do consumo, que foi de 4,5% anuais. (CARVALHO, 2018, p.08).

No segundo Governo Lula, se percebia um forte crescimento da esquerda na América, o que possibilitou o rompimento com a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e com o neoliberalismo, e a adoção de um neo-desenvolvimentismo. Pela primeira vez existia a possibilidade real de se criar um sistema alternativo ao de *Bretton Woods*<sup>5</sup>, pois a criação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), tendo o Brasil na liderança, visava transformá-lo em um bloco forte, que tivesse uma moeda única, banco e fundo próprios. Sob “a era PT”, inegavelmente, entre os anos de 2003 e 2016, o país vinha sendo um dos que mais apresentava nível de crescimento economicamente com desenvolvimento social, indo assim, na contramão de países imperialistas e desenvolvidos<sup>6</sup>.

Entretanto, era inadmissível que na periferia do capitalismo, no segundo trimestre de 2009, a economia voltasse a crescer 2,3%, mantendo uma média de crescimento maior que a dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até a metade de 2011. (CARVALHO, 2018, p. 28), enquanto as economias centrais encolhiam e se viam ameaçadas pelo seu próprio sistema. E foi nesse caldo político e econômico que Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher, Presidente do Brasil.

Já no primeiro ano de mandato, Dilma Rousseff passou pelo seu primeiro grande desafio. O “repique” inflacionário de 2011, resultado de uma economia em ritmo acelerado se chocando com a queda dos preços das *commodities*, se mostrou um teste e tanto para substituta do ex-Presidente Lula. Embora o país viesse cumprindo as metas de inflação, com o dólar em alta e o real se desvalorizando, a inflação bateu o teto da meta para o ano, o que deixou todos em alerta.

5 Estabeleceu os parâmetros e diretrizes para economia mundial e o para o sistema monetário internacional, baseando-se em quatro pilares: Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC)/ Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e Moeda: Dólar Universal. A esse respeito, ver OLIVEIRA, Juliano; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo, 2008.

6 A queda da desigualdade no referido período apontado, seria o efeito do Programa Bolsa Família, criado pelo Governo Federal em 2003 e que sem dúvida teve grande impacto positivo na estrutura econômica das famílias mais pobres. Ver CARVALHO, Laura. *A valsa brasileira – do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018

Assim, a resposta para conter a inflação do momento foi a adoção de medidas contracionistas que visavam reestabelecer a confiança dos investidores e da burguesia na capacidade do novo governo conter o problema, se baseando como sempre “no corte de gastos”. Mas além disso, foi adotada também a chamada “Agenda FIESP”, que dentre outras coisas envolvia a,

Redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia.” (CARVALHO, 2018, p. 46).

Embora o corte de gastos tivesse se mantido de janeiro a agosto de 2011 (1º fase do Governo Dilma), em contrapartida, o governo negociava com a coalizão formada pelos produtivistas<sup>7</sup>, afim de promover a reindustrialização do país. Nesse sentido é que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, assinam em conjunto, um documento<sup>8</sup> que exprimia propostas para alcançar tal fim. Como resposta, a coalizão obteve do governo a adoção de grande parte das propostas (Agenda Fiesp) e o lançamento do Plano Brasil Maior, que tinha como foco “*inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados de produtividade do trabalho*”. (SINGER, 2015, p. 59).

Na teoria tudo se encaminhava para um futuro promissor. Porém, não foi isso o que se deu na prática. Por mais que o governo tenha adotado a “Agenda Fiesp”, pouco a pouco estes empresários foram se afastando e se alinhando com a oposição formada pela coalizão financeira-rentista, insatisfeita com o governo desde a “batalha dos spreads<sup>9</sup>”. A Nova Matriz Econômica e o “ensaio desenvolvimentista” implementados pelo governo vieram a

7 De acordo com André Singer (2015, p. 58), ao longo dos Governos Lula, passaram a existir duas coalizões contrapostas: de um lado os rentistas (alinhados ao neoliberalismo, ao capital internacional e a liderança dos Estados Unidos) x os produtivistas (o empresariado industrial que tinha por meta o aceleração do crescimento econômico através do processo de reindustrialização).

8 *Brasil do diálogo, da produção e do emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego*. Tal documento foi entregue ao então Vice- Presidente da República, Michel Temer, no evento *Brasil do Diálogo pela Produção e Emprego*. Ver SINGER, ANDRÉ. *Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. *Novos estud. CEBRAP [online]*. 2015, n.102, pp.39-67.

9 Sprad é a diferença entre o que o banco “gasta” para captar dinheiro e o que ele “lucra”, quando empresta esse dinheiro. Em 2012, o Governo Federal tentou baixar a taxa Selic e o valor do spread, por entender que estes eram muito elevados e incivilizados, frente a outras economias. Ao polemizar o tema, a Presidente Dilma Rousseff acabou por “desafiar” a “quintessência do capitalismo”. Ver Cutucando onças, André Singer, 2015. Dessa forma, os bancos públicos ao adotarem juros muito baixos, obrigaram os bancos privados a fazerem o mesmo. A guerra declarada pelo governo ao setor financeiro foi noticiada em vários meios da mídia. <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-guerra-do-spread-bancario/> acesso em 30/07/2020.

bancarrota antes mesmo de decolar. As interpretações para entender as causas disso são variadas<sup>10</sup>, mas a bem da verdade é que a:

*Quantidade* de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade inter-capitalista na linha do “hoje foi ele, amanhã posso ser eu”. Em consequência, acabou por unificar o conjunto do capital contra a “nova matriz”. Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do spread”, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados, as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”, as “elétricas”, insatisfeitas com a MP 579, os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário, os produtores de álcool, pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por segurar o preço e retirar as Contribuições de Intervenção no Direito Econômico (Cide) da gasolina, o agronegócio em geral, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado<sup>136</sup>, os setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação, as empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos, as empresas de celular punidas por falta de investimento, a classe média tradicional irritada com a alta do preço dos serviços, das viagens e dos importados e os industriais afetados pelas políticas pró-trabalho. Cada setor que se sentia prejudicado aderiu à cantilena do intervencionismo, adensando a oposição capitaneada pelos rentistas, até que em certo momento a frente antidesenvolvimentista englobou o conjunto da burguesia, contando com o suporte fervoroso da classe média tradicional. (SINGER, 2015, p. 67 e 68).

Assim, o pacto recém firmado chegava ao seu fim. *A Frente Única Burguesa*<sup>11</sup> encapou o discurso de ódio e antidesenvolvimentismo. As *Jornadas de junho de 2013*, que começaram como um movimento apartidário e ambíguo, logo cederam lugar a direita mais tradicional. E a esse movimento se uniu os setores mais conservadores da classe média, que via o seu *status quo* ser ameaçado pelo fantasma da inflação que acenava no horizonte.

A elevação do preço dos serviços (domésticos, cabeleireiros e construção civil), recaiu sobre aquele estrato social que se encontrava no meio da pirâmide e que não via seus salários crescendo como o do setor de serviços, mas que se recusava abrir mão destes. Dessa forma, “em alguma medida, o que era inflação para uns, foi ganho de renda para outros”. (CARVALHO, 2018, p. 37), e assim, os que se viam sobrecarregados pela inflação de serviços, se juntaram ao coro de ódio e sabotagem ao governo. Estava aberta a veia que faria o mesmo agonizar e sangrar até seu fim, em agosto de 2016.

<sup>10</sup> Cf. Singer, 2015, (p. 65-68).

<sup>11</sup> Formada por duas coalizões inicialmente diferentes: Burguesia rentista e Burguesia produtivista, que se unificam em torno do projeto antidesenvolvimentista do governo, fazendo forte oposição até deslocá-lo do poder. Cf. Singer, 2015, (p. 58).

## Crise intensificada, democracia ameaçada

A partir de 2014 a crise se aprofundou e como resultado tivemos obras paradas e demissões em massa. No ano seguinte, a recessão do Produto Interno Bruto (PIB) levou ao pior resultado já apresentado, desde 1990<sup>12</sup>. Para alguns especialistas, a explicação estaria na Operação Lava-Jato, que no dito popular, não se satisfaz em jogar fora apenas a *água suja do banho*, mas também o *bebê e a banheira*<sup>13</sup>, além disso, a operação teria provocado tanto o enfraquecimento da Presidente da República, quanto o de seu partido (SINGER, 2015, p. 69).

Mesmo assim, sob forte turbulência, Dilma Rousseff conseguiu a reeleição. O discurso durante a campanha era o de que a política econômica não iria mudar. Todavia, o prometido não foi cumprido, pois contrariando o seu próprio discurso e as posturas adotadas desde 2011, a Presidente Dilma adotou medidas neoliberais para conter a crise. Tal feito selou a rendição e sua derrota definitiva frente a burguesia financeira-rentista. O que se viu a partir de então foi o processo de desindustrialização do Brasil, pois, *“Todo o sistema que tinha por objetivo industrializar o país entrou em colapso”*<sup>14</sup>. E como a História nos conta, passou a ser uma questão de tempo, a derrubada do governo.

Em 29 de outubro de 2015, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – atual MDB – que até então fazia parte da bancada governista, sendo o seu presidente nacional, Michel Temer, Vice-Presidente da República e ex-articulador político do governo, lança um programa de político próprio para governar: Uma Ponte para o Futuro, que além de tecer duras críticas ao Governo Dilma, apontava um receituário para se superar a crise. Tais receitas, como já era de se esperar, eram baseadas no neoliberalismo, portanto, consistiam em mais ajuste fiscal, desmonte do Estado, privatizações e claro supressão dos direitos trabalhistas<sup>15</sup>.

As propostas partiam do diagnóstico de que o ajuste fiscal conjuntural era insuficiente, pois os direitos adquiridos pela sociedade brasileira no período de redemocratização já não caberiam no Orçamento público. Em vez de imaginar estratégias para sanar os problemas fiscais pela via do crescimento econômico, da preservação de empregos e da redução da conta de juros, o programa do PMDB, que, como se verá, foi seguido à risca, começava com a flexibilização de leis trabalhistas, o fim da obri-

12 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html> - acesso em 12/09/2020.

13 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/impacto-da-lava-jato-no-pib-pode-passar-de-r-140-bilhoes-diz-estudo.html> – acesso em 13/09/2020.

14 Alfredo Calcagno, Chefe do Departamento de Macroeconomia da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em entrevista à BBC Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37432485> – acesso em 13/09/2020.

15 <https://www.fundacaolysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> - acesso em 13/09/2020.

gatoriedade de gastos com saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário mínimo. (CARVALHO, 2018, p. 91).

Para piorar a situação, se o empresariado e burguesia financeira já tinham chegado à conclusão de que o atual governo não atendia mais aos seus interesses, a classe política ameaçada pelos avanços da *Lava-Jato*, para manter-se no poder e sem maiores danos, resolveu se unir a articulação golpista. E nesse caso, para “*estancar a sangria*”, se fazia necessário um grande acordo nacional, “*com o Supremo, com tudo*”<sup>16</sup>. Dessa forma, o Impeachment se apresentava como a solução mais viável, uma vez que a aliança formada entre o PMDB, os partidos de oposição e as burguesias nacionais blindariam os primeiros contra as sucessivas denúncias de corrupção, ao passo que também era a resposta a falta de investimentos privados, segundo a interpretação desses últimos.

Assim, em 02 de dezembro de 2015<sup>17</sup>, começa a *Via-Crucis* de Dilma Rousseff, que só se encerraria em 31 de agosto de 2016, juntamente com mais um ciclo democrático, no país. O *Golpe de 2016* orquestrado por: a) gama de políticos corruptos que visavam se blindar das possíveis punições para seus crimes e b) uma elite sem nenhum compromisso com o país ou com qualquer outra coisa que não a manutenção de seu *Status quo*,

Ainda tende a ser lembrado como aquele que levou o Brasil a entregar o pré-sal, a privatizar empresas estratégicas, a mudar sua lei trabalhista, a fazer a reforma mais dura da Previdência e a criminalizar os movimentos sociais como nas mais retintas ditaduras<sup>18</sup>.

Com as eleições de 2018 e ascensão de um candidato de extrema-direita, a burguesia – principalmente a financeira/rentista – teve a confirmação de que suas pautas seriam atendidas. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, não só não atenuou as políticas de cunho neoliberal que já vinham sendo pautadas pelo governo anterior de Michel Temer, como as aprofundou. Mesmo assim, no que diz respeito a macro-economia, a atual equipe econômica demonstra ter uma visão tacanha e mesquinha que a impede de pensar a longo prazo e propor projetos concretos que promovam uma recuperação da economia brasileira.

Diante da inépcia e imperícia do Governo, somada a falta de confiança que a atual imagem do Brasil passa ao mundo, principalmente no que diz respeito ao combate a pandemia de covid-19, o resultado não poderia ser outro a não ser a maior fuga de capitais da

16 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> – acesso em 13/09/2020

17 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html> - acesso em 13/09/2020.

18 <https://revistaforum.com.br/blogs/blogdorovai/bblogdorovai-dilma-e-os-canalhas-no-dia-31-de-agosto-de-16/> - acesso em 13/09/2020.

história do país. De acordo com os dados levantados pelo Banco Central, no início do segundo semestre deste ano, a saída de investimentos do mercado de ações brasileiro chegou ao montante de U\$ 31, 2 bilhões. Situação essa que pode piorar consideravelmente devido ao fator ambiental<sup>19</sup> – em especial o desmatamento da Amazônia e as queimadas no Cerrado – que ora tem sido minimizado pelo próprio Ministro do Meio Ambiente, ora tem seus impactos negados pelo Presidente da República<sup>20</sup>.

O fato é que o país entrou em uma estrada sem rumo, desde 2016. Naquela época não se sabia ainda o que de fato poderia se esperar dos próximos anos, mas como se provou verdadeiro, nada de bom o futuro guardava para os brasileiros, principalmente os da classe trabalhadora, como passaremos a ver agora.

## **Progressiva perda de direitos e superexploração**

Como dizia o filósofo húngaro, István Mészáros (2014), chegaremos a barbárie, se e somente se, tivermos sorte. Nosso presente pode tentar sugerir que de fato, não teremos sorte para tanto, pois o que se vê no país desde o golpe de 2016 é um desmonte completo do Estado, a fim de assegurar lucros vultosos a já muito abastada elite brasileira, enquanto a classe trabalhadora é massacrada diariamente através de uma *mais-valia à mais*. Dessa forma, talvez seja correto afirmar que o grau de superexploração que vemos hoje já tenha excedido o que pode ser definido como barbárie.

Mas como chegamos a isso? Quando foi que, nas palavras de Ricardo Antunes (2018), as precarizações, terceirizações, desregulamentações e assédios se tornaram a regra e não a exceção? Como foi que saímos de um quadro de pleno emprego, com crescimento de cerca de 65,7% de empregos formais e direitos regulamentados, para a atual situação catastrófica que nos encontramos?<sup>21</sup> É inegável que o sistema capitalista mundial tenha passado por transformações, mas o que para Hobsbawm (2010) foi “a era de ouro do capitalismo”, os anos entre 1945 e 1985, podem ser vistos como “a era do capitalismo contido”, pois já a partir daí se gerou uma espécie de trípole destrutiva, que por sua vez acabou criando a simbiose entre capital produtivo e bancário, o que acarretou a superexploração. Dessa forma, o golpe de 2016 pode ser pensando como resultado direto desse fenômeno, *uma vez que os capitais exigem, nesse momento de profunda crise, que se realize a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil (ANTUNES, 2018, p. 149).*

19 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/23/crise-de-governanca-ambiental-pode-intensificar-fuga-de-capital-estrangeiro-do-brasil.ghtml> - acesso em 24/09/2020.

20 Em discurso à Organização das Nações Unidas (ONU), no último dia 22/09/2020, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil era referência no que dizia respeito ao meio ambiente. <https://www.cartacapital.com.br/mundo/na-onu-bolsonaro-diz-sofrer-desinformacao-e-afirma-ser-referencia-no-meio-ambiente-e-nos-direitos-humanos/> - acesso em 24/09/2020.

21 Às vésperas da Pandemia, o Brasil já contava com 13 milhões de desempregados e 40% dos trabalhadores brasileiros já se encontravam na informalidade. Dentre esses, 5 milhões de pessoas já eram “uberizados” ou “desempregados em desalento. Ver ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia Capital).

O primeiro passo nesse sentido foi a criação da PLC 30/2015, que se tornou a famosa Lei Nº 13.429/2017, mais conhecida como Lei da Terceirização. Mesmo com 3 vetos, a nova lei representou um golpe perverso nos direitos da classe trabalhadora. Seus defensores alegavam que sua aprovação geraria mais direitos aos trabalhadores terceirizados e criaria novas oportunidades de emprego, o que na prática se mostrou uma verdadeira falácia, visto que muitas empresas passaram a reduzir a estrutura operacional e diminuíram os custos de produção às custas do fim do trabalho regulamentado. Em seguida veio a famigerada Reforma Trabalhista, sancionada em 13 de julho de 2017 e em vigor desde então. A Lei Nº 13.467/2017, que prometia combater a crise e o desemprego em ascensão, destruiu completamente a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), provocando o desmonte dos direitos da classe trabalhadora.

Essa reforma desfigura em definitivo a CLT, ao instituir o preconceito do negociado sobre o legislado, que elimina o patamar basal dos direitos, e também ao introduzir o nefasto trabalho intermitente, além de restringir em muito a abrangência da Justiça do Trabalho – cuja a extinção é o objetivo verdadeiro do empresariado brasileiro – entre tantos outros aspectos nefastos. (ANTUNES, 2018, p. 162).

Se somando a isso temos o processo de “uberização” da classe trabalhadora. As empresas brasileiras, aproveitando-se das fraquezas e vulnerabilidades sociais que se acentuaram desde 2016, apostaram tudo no discurso convincente de que os trabalhadores ao se lançar nas plataformas de digitais seriam seus próprios patrões e fariam os seus próprios horários de trabalho. Surgiu assim o mito do “empreendedor” ou “prestador de serviço”. Essa metamorfose elástica na forma de tratar o trabalhador pareceu bem convincente, na teoria, pois evocava a condição ilusória de paridade entre o empregador e o empregado, eis aí onde reside o charme da “uberização”.

Com o grau elevado de desemprego e os subempregos em alta, essas plataformas pareciam realmente ser a saída para os trabalhadores brasileiros. A ideia de que o empregado era parceiro do patrão fincou raízes no imaginário coletivo. Porém, como todo mito, esse também acabou por se esvaír, mas os danos provocados permanecem, uma vez que os experimentos do capital que combinam alta tecnológica e informalidade estão assentados em uma brutal exclusão dos direitos trabalhistas.

E é justamente nesse ponto que percebemos o caráter trágico do mundo do trabalho e como a trípole destrutiva do capital (capitalismo financeiro, neoliberalismo exacerbado e revolução tecnocientífica), vem promovendo a morte de tantos trabalhadores e trabalhadoras. Principalmente no que diz respeito a revolução tecnocientífica, esta deveria facilitar a vida dos trabalhadores, tornar seu ofício mais fácil, entretanto, podemos compará-la ao “moinho satânico” descrito por Karl Polanyi (2000), uma vez que a mesma não está a serviço da classe trabalhadora, mas sim contra ela e a favor dos altos lucros da burguesia.

Controlados por algoritmos, os trabalhadores de aplicativos sentem na pele a dura realidade da superexploração a que são submetidos pelo capital, que se fortalece em meio ao enfraquecimento das políticas de cunho social e a diminuição/isenção do Estado, pois,

“Ao mesmo tempo, o gerenciamento algorítmico controla, por exemplo, quem recebe cada pedido, o tempo gasto na realização das entregas e os valores que serão cobrados, coordenando de maneira minuciosa o conjunto dos trabalhadores conectados à plataforma digital, além de coletar dados e vigiar os entregadores por geolocalização. Desta forma, os ganhos da empresa são potencializados, pois o serviço passa a ser produzido com maior grau de eficiência e eficácia e com controle em tempo real”<sup>22</sup>.

Na sociedade de *capitalismo de vigilância*<sup>23</sup> na qual vivemos hoje, podemos afirmar de pronto que se desenvolveu um novo tipo de mercado: a comercialização do futuro de seres humanos. Que o futuro que advirá da brutalidade gestada no presente, caso as forças sociais não ajam no sentido de parar o “moinho satânico”, será tenebroso, não restam dúvidas.

## O que a Pandemia nos trouxe?

Não é que a superexploração da classe trabalhadora já não fosse uma realidade histórica, afinal, o Brasil sempre vivenciou precarização ilimitada e muitas formas de intensa exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2020, p. 07). Esta parece ser uma condição, uma vez que nos localizamos na periferia do sistema e que nosso capitalismo se dá de forma desigual e combinada, o que significa dizer que,

Nas sociedades dependentes, o capitalismo é introduzido antes da plena constituição da ordem social competitiva. Nessas condições, a ordem social anterior acaba dando um formato peculiar ao capitalismo, condição que obstaculizou a expansão do capitalismo no Brasil. (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2010, p. 145).

22 Entrevista de AMORIM, Henrique [julho de 2020] à IHU On-Line. <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/601363-da-falsa-ideia-de-empendedorismo-e-autonomia-a-dura-realidade-da-exploracao-algoritmica-do-trabalho-de-entregadores-entrevista-especial-com-henrique-amorim> - acesso em 15/09/2020.

23 Capitalismo de vigilância seria “o capitalismo obtendo lucro pelo rastreamento infinito do que cada pessoa faz, monitorados por empresas de tecnologia que tem como modelo de negócio, a garantia de que os anunciantes terão o máximo de sucesso.” Tristan Harris, ex-Designer Ético do Google em “*The Social Dillema [O dilema das redes]*”. Direção de Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020. 89 minutos. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/81254224?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2C7b000de526dff7bfc91d319f13ce51e834583adf%3A15982c328a3631eba75e1d68f1f8c92cae5682da%2C7b000de526dff7bfc91d319f13ce51e834583adf%3A15982c328a3631eba75e1d68f1f8c92cae5682da%2Cunknown%2C> – acesso em: 05/10/2020.

Ou seja, as burguesias locais, associadas e dependentes do capital monopolista financeiro ao se submeterem as burguesias centrais imperialistas deram origem a uma espécie de capitalismo especial, que gera essa superexploração da força de trabalho, ou uma *mais-valia à mais*, não só aqui, mas como em todos os países da América ou países periféricos. No caso específico do Brasil, nossa burguesia débil e compósita, associada e dependente do capital monopolista/financeiro, acomodou-se a essa dependência e a se submeter aos ditames das burguesias centrais, optando assim por ser um canal de transmissão da dominação de classe.

Portanto, não podemos esperar dela um papel revolucionário ou democrático. O seu comprometimento com as burguesias centrais as tornam incapazes disso, ao passo que as fazem ser completamente aptas para reproduzir internamente as tramas da dominação, se utilizando de formas autocráticas e reacionárias (DEMIER, 2007). Logo, o diagnóstico a respeito da nossa burguesia não poderia ser mais acertado quando nos diz que,

Estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua *civilidade*. Nunca para empolgar os destinos da Nação como um todo, para revolucioná-lo de alto a baixo. (FERNANDES, 1976, p.206).

De fato, nunca foi segredo que o que interessa para a nossa burguesia nacional é a manutenção dos seus lucros e privilégios, pouco importando os custos disso para o futuro da democracia no país, as próximas gerações ou o que isso irá custar no que diz respeito a retrocessos sociais e econômicos. Entretanto, essa total falta de compromisso da nossa elite dominante foi escancarada com a Pandemia provocada pela Covid-19, pois a burguesia nacional foi despida do verniz de sua “civilidade”, mostrando-se como de fato é: tão selvagem quanto o sistema que a forjou. “*Seria um verdadeiro milagre que esse verdadeiro Frankenstein não demonstrasse, com o tempo, a virulência e a letalidade de seu modo de ser e de reproduzir.*” (ANTUNES, 2020, p. 13).

A atual situação pandêmica colocou em *xequê* a falácia grotesca, engendrada pelo atual governo de que a economia brasileira vinha bem<sup>24</sup> e o discurso de que os trabalhadores - principalmente os de aplicativos – “empreendedores” eram sócios ou até mesmo seus próprios patrões. Com desenrolar da pandemia, somada a inépcia do atual governo de promover políticas de seguridade e alternativas de superação, o que podemos constatar não poderia ser nada além da

---

24 Sobre este ponto, ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/30/economia/1559249875\\_744795.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/30/economia/1559249875_744795.html). Ver também <https://www.canalrural.com.br/economia/guedes-diz-que-economia-do-brasil-vai-crescer-o-dobro-de-2019/> - acessos em 21/09/2020.

Uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e aplicativos. (ANTUNES, 2020, p. 14).

Expostos à pandemia, sem nenhum equipamento de proteção ou legislação que os proteja, submetidos a longas jornadas de trabalho e recebendo salários humilhantes, os trabalhadores de aplicativos foram um dos setores que mais sofreram o impacto da precarização das relações de trabalho em vigor nos últimos anos no Brasil e que se intensificou com a crise sanitária pela qual vem passando. A greve empreendida por esse setor no último dia 1º de julho, foi uma tentativa de expor as péssimas condições de trabalho que estes entregadores têm que enfrentar todos os dias. A narrativa contada por esses indivíduos mostra cada vez mais a face mais cruel do sistema capitalista, deixada a mostra graças a pandemia.

Não recebi álcool em gel de nenhuma das empresas para as quais trabalho, nem mesmo mensagens dizendo que eu poderia retirar o produto em algum lugar. A gente passa fome. Você imagina a tortura que é andar com fome carregando comida nas costas?<sup>25</sup>

Todavia, não foi apenas os entregadores de aplicativos que sentiram na pele a superexploração em vigor. Um outro setor que também sentiu na mesma proporção esse tipo de abuso foram as empregadas domésticas. Embora, de início se afirmasse que a pandemia não tinha classe e nem raça e que portanto estávamos “juntos no mesmo barco”, a realidade mostrou o contrário, pois ficou evidente ao longo dos meses que a “aparência poli classista” era apenas isso “aparência”, pois a pandemia ao se espalhar provocou a devastação das zonas de periferia.

Para corroborar tal argumento é bom lembrar a primeira morte notificada por covid-19, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma senhora negra, de 63 anos de idade, inicialmente apenas identificada como “a empregada dela”<sup>26</sup>, em referência a patroa, que ao voltar de viagem da Itália contaminada, não dispensou a doméstica. A “empregada anônima”, que mais tarde descobrimos ser Cleonice Gonçalves, é apenas um dos muitos exemplos que podem ser evocados no contexto da pandemia, para vislumbrar o que é exatamente a *mais-valia à mais*.

É preciso que se diga que na pandemia ainda existe um fator racial, pois homens negros e mulheres negras tem se mostrado mais vulneráveis, isso porque, esses indivíduos

25 <https://www.esquerdadiario.com.br/Voce-imagina-a-tortura-que-e-andar-com-fome-carregando-comida-nas-costas> - acesso 21/09/2020.

26 Inicialmente foi assim, denominada como “posse de alguém”, que a dona Cleonice apareceu nos jornais. <https://news.trust.org/item/20200324102315-wqbmj/> acesso em 21/09/2020.

estão inseridos dentro do grupo de trabalhadores e trabalhadoras que tem vínculo empregatícios “mais frágeis” e sem nenhuma estabilidade, dessa maneira se expõe mais e em contrapartida não podem contar com a proteção do Estado para lhe resguardar, uma vez que não está coberto por nenhum direito trabalhista.

Homens e mulheres negras são os “tradicionalmente vulneráveis”: ocupam majoritariamente os setores dominados por vínculos frágeis menos escolarizados. E cabe destacar, mesmo dentre eles, a desigualdade de gênero que faz despontar as mulheres negras no grupo que combina os vínculos mais instáveis e os setores não essenciais<sup>27</sup>.

Mas, mesmo quando o vírus não é a causa direta da morte de um trabalhador, na atualidade em que vivemos, é preciso ficar atento ao que tal fato pode indicar, como por exemplo, no caso chocante e mais recente foi o do empregado de uma rede de supermercados, que ao morrer no local de trabalho, teve o seu corpo coberto por guarda-sóis, a fim de evitar que os consumidores se deparassem com cena tão grotesca na hora de fazer suas compras. Moises Cavalcante de 59 anos, não morreu por covid-19, morreu de infarto. Todavia, o seu corpo morto e inerte não foi suficiente para parar o supermercado em que estava trabalhando naquele dia, como promotor de vendas de uma outra empresa. Tentando manter o ritmo de lucratividade da loja, que segundo relatos, encontrava-se lotada no momento do ocorrido, a gerencia optou por omitir o corpo do trabalhador, ao invés de parar suas atividades e esvaziar o local. Aparentemente, manter o lucro da empresa era bem mais importante do que remover o corpo sem vida de um de seus prestadores de serviço.

É realmente impressionante como a lógica neoliberal e seus desdobramentos ideológicos desumanizam determinados corpos para manter suas dinâmicas funcionando na mais pura ‘normalidade’.

Desumanizar é retirar a humanidade. Parece óbvio, mas, quando retiramos a humanidade de alguém ou de um grupo, redirecionamos os nossos olhares. O semelhante passa a indivíduo, a elemento, a marginal. A desumanização do objeto da violência nos faz perder a sensibilidade crítica, nos distancia do todo, o torna insignificante<sup>28</sup>.

27 Boletim Nº 3 da Rede de Pesquisa solidária. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/nao-categorizado/na-crise-homens-negros-e-mulheres-negras-sao-os-mais-vulneraveis-mas-surgem-novos-vulneraveis-homens-brancos-e-mulheres-brancas-em-servicos-nao-essenciais/> - acesso em 24/09/2020.

28 Opinião da advogada e pesquisadora Renata Coutinho a respeito das opressões brutais sobre a classe trabalhadora, impostas pela adoção das medidas neoliberais dos últimos anos. <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-banalizacao-da-morte-e-parte-do-pacote-neoliberal/> acesso em 21/09/2020.

Citamos aqui apenas alguns casos do que vem sendo a luta perdida e diária do trabalhador brasileiro, no contexto da pandemia, para demonstrar que esse é o grau de respeito que o capital nutre pelas vidas humanas que vai ceifando ao longo do caminho, pois, *“Quando as mortes vão se acumulando ao longo de dias e semanas, como agora, na pandemia, as pessoas vão perdendo a noção do que seja isso”*<sup>29</sup>.

Transformados em apenas “um número”, os trabalhadores infectados e mortos, direta ou indiretamente pelo covid-19, são vistos como mercadorias baratas, descartáveis e facilmente substituíveis. A sua morte não é motivo de revolta e nem mesmo estranhamento, para boa parte do resto da população que, despida de sua humanidade, fecha os olhos e prefere negar as dimensões do problema que vivemos hoje.

Se durante o período da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), a justificativa governamental para explicar os altos índices de acidentes de trabalho e doenças em decorrência do mesmo, se dava pela culpabilização dos trabalhadores, como mostra Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2019), a situação atual não está muito longe disso. Para o governo atual, a culpa reside em todos (no vírus, no próprio sentido da vida, nas pessoas que são “fracas” ou tem comorbidades), mas nunca na ausência de políticas sérias de combate à doença e de proteção aos mais necessitados. No contexto pandêmico as mortes são na opinião do atual Presidente da República uma questão de “fraqueza” e desenrolar natural da vida:

Todo mundo vai morrer. Quem tiver uma idade avançada e for fraco, se contrair o vírus, vai ter dificuldade. Quem tem doenças, comorbidades, também vai ter dificuldades. Esse pessoal que tem que ser isolado pela família, o Estado não tem como zelar por todo mundo, não.<sup>30</sup>

Se agarrando a ideia de “fraqueza”<sup>31</sup> para justificar a quantidade avassaladora de mortes no Brasil entre março e agosto, o governo se nega a assumir a sua responsabilidade como se a pandemia fosse uma questão de corajosos vs. covardes e não uma questão de classe. Assim, o covid-19 segue matando e o capital continua a sua escalada autofágica e destrutiva, gerando corpos mortos que não podem mais ter nenhum valor de mercado.

29 Reflexão do jornalista William Bonner, a respeito da marca de 8.500 mortes por covid-19, atingida pelo Brasil em 06 de maio de 2020. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/06/mortos-pelo-coronavirus-no-brasil-ja-sao-mais-de-85-mil.ghtml> - acesso em 22/09/2020.

30 Discurso do Presidente Jair Bolsonaro em 22 de maio de 2020, na saída do Palácio do Planalto. <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/bolsonaro-volta-a-minimizar-mortes-por-coronavirus-e-natural-e-a-vida> - acesso 22/09/2020.

31 O Presidente voltou a insistir na questão da fraqueza, quando afirmou que jornalistas por serem “bundões”, estariam mais suscetíveis a morrer de covid-19. <https://noticias.uol.com.br/columnas/reinaldo-azevedo/2020/08/24/bolsonaro-jornalistas-sao-bundoes-e-tem-mais-chance-de-morrer-de-covid.htm> - acesso em 22/09/2020.

## Conclusão

Há oito anos atrás, quando fazia um balanço da crise do capitalismo democrático, Wolfgang Streeck (2012, p. 51), já afirmava quem iria pagar pela consolidação das finanças públicas, pela bancarrota de Estados estrangeiros, pelas crescentes taxas de juros da dívida pública, cortes e redução de serviços públicos, elevação maior dos impostos e claro, pela salvação dos bancos. Tal ônus, sem sombra de dúvida, recairia sobre o *cidadão comum*.

No caso brasileiro não seria diferente. Enquanto a classe média sofreu no período posterior a crise, com a inflação dos serviços, os reajustes e cortes de gastos feitos pelo governo, resultaram em complicações para a vida dos trabalhadores, que viram progressivamente as conquistas de anos serem dilapidadas em questão de meses. Tal linha de atuação, como vimos, serviu em um primeiro momento para tentar manter a burguesia produtivista alinhada ao governo. A adoção da “Agenda Fiesp” representou a aliança firmada entre esse setor burguês e a administração da Presidente Dilma. Entretanto, diante do protagonismo estatal e dos limites impostos pela Presidente, ao setor financeiro/rentista, tal aliança se desfez, pois o plano do governo era muito ambicioso para os padrões de nossa burguesia dependente, pois visava fazer com o que o Brasil saísse da crise internacional numa posição melhor da que estava quando entrou (SINGER, 2015, p. 59).

O problema era que, para tal, seria necessário uma mudança estrutural na forma como o país se inseria na economia mundial, o que provocaria alterações na acomodação da burguesia nacional e teria seus reflexos na classe trabalhadora, que para o desagrado de boa parte do empresariado, vinha tendo ganhos expressivos, como por exemplo o aumento do real do salário mínimo, o que lhes permitiu ter um acesso a melhores condições de vida, enquanto os primeiros viam sua margem de lucro reduzida. Dessa forma, o projeto de sabotagem ao governo gerou uma coalizão antidesenvolvimentista, que comprometida apenas com seus lucros, golpeou a democracia, abrindo espaço para a escalada do horror extremista e todas as suas esferas de atrocidades. A partir daí o país entrou em uma espiral de barbaridades nunca antes vista, sendo o embrionário sistema democrático brasileiro, o valor a ser pago, a fim de assegurar a manutenção dos privilégios e estruturas de poder da elite, que tem como alvo principal a eliminação dos direitos do trabalhador. Portanto, é mais que correto afirmar que,

No capitalismo, o corpo do trabalhador é transformado em “força de trabalho”, tornando-se, para a classe dos detentores dos meios de produção, a possibilidade de acumulação capitalista, ao passo que para o trabalhador, seu corpo passa a ser sua fonte de subsistência e reprodução. (SILVA, 2019, p. 75).

E são esses corpos tão desprezados e desvalorizados enquanto indivíduos, que vem sofrendo as mais virulentas humilhações, explorações e vilipêndios. No contexto atual, o

*capitalismo pandêmico*<sup>32</sup> ou *virótico* expôs tais condições e deixou à mostra a valorização que se dá a vida dos trabalhadores. Embora o discurso inicial tenha se baseado na ideia de que “todos estavam do mesmo lado”, a prática mostrou que não era esse o caso. Enquanto do alto de seus prédios modernos e muito bem equipados a elite se protegia, restava ao trabalhador brasileiro uma dura e triste escolha. Dessa maneira, podemos dizer que “*A classe trabalhadora, então, se encontra sob intenso fogo cruzado. Entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade*” (ANTUNES, 2020, p. 20).

Sem nenhuma garantia, direito e até mesmo, muitas vezes sem equipamentos de proteção, a massa dos trabalhadores informais se arrisca diariamente para tentar sobreviver em meio a uma pandemia que já matou milhões. E mesmo aqueles que tem contrato regular vivem sob o medo e a ameaça das demissões. Enquanto o país caminha a passos largos para o abismo, sem qualquer perspectiva para superar a crise econômica, política e institucional, o desemprego se torna cada vez mais uma realidade que vai levando o povo a miséria.

Recentemente estudos elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU) afirmaram categoricamente que o Brasil voltou ao mapa da fome. Atualmente, cerca de 14 milhões de brasileiros sofrem de desnutrição<sup>33</sup>. Em meio ao desmonte do Estado, redução de programas assistenciais e políticas que assegurem o pleno emprego, a quantidade de pessoas morando nas ruas devido a perda de fonte de renda voltou a crescer e se tornou uma “ferida escancarada”<sup>34</sup>. Entretanto, o capital não se preocupa com produção da miserabilidade, pois “*o empobrecimento dos trabalhadores e o desemprego são inerentes ao sistema capitalista e condição para sua reprodução*”. (SILVA, 2019, p. 55).

Em meio as mortes que vão se somando e já não causam empatia nem estranheza, o sistema capitalista segue seu caminho em busca de acumulação e lucratividade, através da devastação ambiental, oprimindo de acordo com classe, gênero, sexo e raça e promovendo o somatório de *corpos mortos para o capital*. Se nada for feito para refrear esse movimento, o resultado não poderá ser nada além de um país lançado ao abismo, completamente destruído e transformado em “cemitério coletivo”. O covid-19 nos mostrou que já não é mais possível conviver com um sistema autofágico e completamente destrutivo como esse. O que nos resta é pensar alternativas a este ao mesmo tempo em que eliminamos o tripé que, segundo Mészáros (2002), sustenta o sistema de metabolismo social do capital e que permite sua perpetuação (capital, trabalho assalariado e Estado). De toda forma, nos parece que no momento, não há saída a não ser pela esquerda.

32 Em síntese, seria a simultaneidade entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão da pandemia de covid-19. Cf. Antunes, 2020.

33 Matéria da *ISTOÉ* deu destaque a questão atual da fome no país. <https://istoe.com.br/a-volta-da-fome/> acesso em 30/09/2020.

34 Entrevista de RIBEIRO, Renato Janine [setembro de 2020] para a Coluna Ética e Política, do Jornal da USP. <https://jornal.usp.br/radio-usp/e-preciso-defender-as-pessoas-em-situacao-de-rua-diz-colunista/> acesso em 30/09/2020.

## Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia Capital).
- \_\_\_\_\_. *O Privilégio da Servidão*. O novo proletariado na era digital. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018. Recurso digital (Mundo do Trabalho).
- CARVALHO, Laura. *A valsa brasileira – do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- DEMIER, Felipe. A Lei do desenvolvimento desigual e combinado de Léon Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. In. *Revista Outubro*, nº 16, 2º semestre de 2007.
- DULCI, Otavio Soares. Economia e política na crise global. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v.23, n.65, p. 105-119, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10441>
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. – Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*; tradução Marcus Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, [1995], 2010.
- STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. Tradução de Alexandre Morales. In. *Novos Estudos*, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002012000100004&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100004&lng=pt&tlng=pt)
- MÉSZÁROS, Ístvan. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORESCHI, Rafael Klein; NEUHAUS, Leandro; FISCHER, Augusto; ORO, Ieda Margarete. Reflexos da crise financeira de 2008 sobre liquidez, capital de terceiros e rentabilidade dos bancos listados na BM&F BOVESPA. In. *Caderno de Administração*. – Maringá, v. 26, nº 1, Jan-dez/2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/36004>
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrobel, Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- OLIVEIRA, Juliano; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. *O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo*, 2008.
- OLIVEIRA, Giuliano Contento; VAZQUEZ, Daniel Arias. *Florestan Fernandes e o Capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil*. In. *Revista OIKOS*. – Rio de Janeiro. – Volume 9, nº 1, 2010.
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos Para o Capital: Acidentes de Trabalho, Prevenção e Reabilitação Profissional Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)* – 1. Ed. – Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.
- SILVA, Guilherme Jonas Costa da; RESENDE, Marco Flávio da Cunha. A Crise Está Aí, E Agora? In: *Dossiê da Crise: Associação Keynesiana Brasileira*, 2008. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/dossie-crise.pdf>.
- SINGER, ANDRÉ. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estud. CEBRAP [online]*. 2015, n.102, pp.39-67.